ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA HUNGRIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Hungria
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago, no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um Acordo com o propósito de estabelecer serviços aéreos entre e além dos seus respectivos territórios,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1
Definições

Para os fins deste Acordo, a menos que o contexto exija de outra maneira:

a) o termo "autoridades aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, e no caso da República da Hungria, o Ministro do Transporte, Comunicação e Administração de Água, ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão autorizado a executar quaisquer funções no presente exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

b) o termo "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado conforme o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, conforme os seus Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes;

c) o termo "Acordo" significa este Acordo, o seu Anexo e quaisquer emendas ao Acordo ou ao Anexo;

d) o termo "serviços acordados" significa serviços aéreos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;

e) os termos "serviços aéreos", "serviços aéreos internacionais", "empresa aérea" e "escala sem fins comerciais" têm os significados a eles respectivamente atribuídos na Artigo 96 da Convenção;

f) o termo "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada conforme o Artigo 3 deste Acordo;

g) o termo "rota especificada" significa uma das rotas especificadas no Anexo a este Acordo;

h) o termo "tarifa" possui um ou mais de um dos seguintes significados:

i) a tarifa de passageiros cobrada por uma empresa aérea para o transporte de passageiros e sua bagagem nos serviços aéreos e os encargos e condições aplicáveis aos serviços conexos a tal transporte;

ii) o frete cobrado por uma empresa aérea para o transporte de carga (exceto mala postal) nos serviços aéreos;

iii) as condições que regem a disponibilidade ou a aplicabilidade de tal tarifa de passageiros ou frete, inclusive quaisquer vantagens a elas vinculadas, e

iv) o valor da comissão paga por uma empresa aérea a um agente relativa aos bilhetes vendidos ou aos conhecimentos aéreos preenchidos por aquele agente para o transporte nos serviços aéreos;

i) o termo "território", em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção;

j) o termo "tarifa aeronáutica" significa um preço cobrado às empresas aéreas pelo fornecimento de instalações e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação.

ARTIGO 2
Concessão de Direitos

1. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos a seguir especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais numa rota especificada. Enquanto estiver operando um serviço acordado numa rota especificada, em conformidade com as disposições do Anexo, a empresa aérea designada de cada Parte Contratante gozará:

a) do direito de sobrevoar o território da outra Parte Contratante;

b) do direito de fazer escalas no referido território, para fins não-comerciais;

c) do direito de embarcar e desembarcar no referido território, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagem, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante;

d) do direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagem, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante.

2. Nenhuma disposição do parágrafo 1 deste Artigo será considerada como concessão à empresa aérea designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagem, carga e mala postal, transportados mediante pagamento ou retribuição e destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante.

ARTIGO 3
Designação e Autorização

1. Cada Parte Contratante terá o direito de designar, por meio de notificação escrita dirigida à outra Parte Contratante, pelos canais diplomáticos, uma empresa aérea ou empresas aéreas para operar os serviços acordados.

2. Ao receber a notificação da designação, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, de conformidade com suas leis e regulamentos, concederão, sem demora, à empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante as autorizações apropriadas necessárias à operação.

3. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar-se a conceder as autorizações referidas no parágrafo 2 deste Artigo, ou de conceder estas autorizações segundo as condições consideradas necessárias para o exercício, pela empresa aérea designada, dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo, no caso em que não esteja convencida de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa aérea ou empresas aéreas pertençam à Parte Contratante que a designou ou a seus nacionais ou a ambos.

4. As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante podem exigir que uma empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante demonstre(m) que está(o) habilitada(s) para atender às condições determinadas segundo as leis e regulamentos normal e razoavelmente aplicados às operações de serviços aéreos internacionais por tais autoridades.

5. Quando uma empresa aérea tiver sido designada e autorizada, poderá iniciar a operação dos serviços acordados, desde que cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

6. Cada Parte Contratante tem o direito de, por meio de notificação escrita pelos canais diplomáticos, retirar a designação de uma empresa aérea e designar outra.

ARTIGO 4
Revogação ou Suspensão de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante terão o direito de revogar ou suspender as autorizações para o exercício dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo por uma empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, ou de impor condições, temporária ou devidamente, que sejam consideradas necessária para o exercício desses direitos:

a) caso tal empresa aérea ou empresas aéreas deixe(m) de cumprir as leis e regulamentos daquela Parte Contratante;

b) caso aquelas autoridades não estejam convencidas de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa aérea ou empresas aéreas pertençam à Parte Contratante que a(s) designou ou a seus nacionais ou a ambos, e

c) caso a empresa aérea ou empresas aéreas deixem de operar conforme as condições estabelecidas segundo este Acordo.

2. A menos que seja essencial a imediata revogação ou suspensão das autorizações mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo ou a imposição de condições, para prevenir violações posteriores de leis ou regulamentos, tal direito será exercido somente após consulta com a outra Parte Contratante.

ARTIGO 5
Aplicação de Leis e Regulamentos

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada, permanência ou saída de seu território de aeronaves engajadas nos serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante sem distinção quanto à nacionalidade, e serão cumpridas por tais aeronaves na entrada, saída, ou durante sua permanência no território da primeira Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada permanência ou saída de seu território de passageiros, tripulação, carga ou mala postal, tais como regulamentos relativos à entrada, liberação, imigração, passaportes alfândega e quarentena, serão cumpridos por ou em nome de tais passageiros, tripulação, carga ou mala postal, transportados pela empresa aérea ou empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante na entrada, saída ou durante a sua permanência no território da primeira Parte Contratante.

3. Nenhuma das Partes Contratantes dará preferência à sua própria empresa aérea ou a qualquer outra, em relação a uma empresa aérea da outra Parte Contratante que opere serviços aéreos internacionais semelhantes, na aplicação de seus regulamentos especificados nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo.

ARTIGO 6
Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Os certificados de aeronavegabilidade, os certificados de habilitação e as licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para os objetivos de operação dos serviços acordados nas rotas especificadas, desde que tais certificados ou licenças sejam emitidos ou convalidados em conformidade com os padrões estabelecidos segundo a Convenção. Cada Parte Contratante, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para sobrevôo de seu próprio território, os certificados de habilitação e as licenças concedidos aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante

2. Se os certificados ou licenças mencionados no parágrafo 1 deste Artigo forem emitidos ou convalidados de acordo com requisitos diferentes dos padrões estabelecidos segundo a Convenção, e se tal distinção foi registrada junto à Organização de Aviação Civil Internacional, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante podem requerer consultas conforme o Artigo 14 deste Acordo com objetivo de verificar se tais requisitos lhes são aceitáveis.

3. Se, após tais consultas, uma Parte Contratante considerar que a outra Parte Contratante não mantém e administra efetivamente padrões de segurança e requisitos nestas áreas que pelo menos equivalem aos padrões mínimos estabelecidos conforme a Convenção, a outra Parte Contratante será notificada de tais considerações e das medidas consideradas necessárias para adequação aos padrões mínimos, e tomará as ações corretivas apropriadas. Caso a outra Parte Contratante não execute tais ações em um prazo razoável, aplicar-se-ão as disposições do Artigo 4 deste Acordo.

ARTIGO 7
Segurança

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação mútua, de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes Contratantes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinado em Tóquio, em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão do Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada na Haia, em 16 de dezembro de 1970, e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 setembro de 1971, ou qualquer outra convenção sobre segurança da aviação de que ambas as Partes venham a ser membros.

2. As Partes Contratantes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária, para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes agirão em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional e denominadas Anexos à Convenção, na medida em que tais disposições sobre segurança sejam aplicáveis às Partes Contratantes; exigirão que os operadores de aeronaves por elas matriculados, os operadores de aeronaves que tenham sua sede comercial principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante concorda em que pode ser exigido de tais operadores de aeronaves que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 acima e exigidas pela outra Parte Contratante para a entrada, saída, ou permanência no território dessa Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e inspecionar os passageiros, as tripulações, a bagagem de mão, a bagagem, a carga e as provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante examinará, também, de modo favorável, toda solicitação da outra Parte Contratante, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando da ocorrência de um incidente, ou de ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

ARTIGO 8
Direitos Alfandegários

1. Na base da reciprocidade e segundo suas leis nacionais, cada Parte Contratante isentará a empresa aérea designada da outra Parte Contratante de restrições sobre importação, direitos aduaneiros, taxas de inspeção e outros direitos, impostos e encargos nacionais semelhantes, sobre aeronaves, combustível, lubrificantes, abastecimento técnico, peças sobressalentes, inclusive motores, equipamento normal da aeronave, provisões de bordo inclusive bebidas, tabaco e outros produtos destinados à venda aos passageiros em quantidades limitadas durante o vôo, e outros itens destinados ao uso ou usados somente em conexão com a operação ou conservação de aeronaves da empresa aérea designada da outra Parte Contratante que opere os serviços acordados, assim como bilhetes impressos, conhecimentos de carga aérea, quaisquer materiais impressos que tenham aposta a insígnia da companhia e o material publicitário usual distribuído gratuitamente pela empresa aérea designada.

2. As isenções concedidas por este Artigo aplicar-se-ão aos itens referidos no parágrafo 1 do mesmo:

a) introduzidos no território de uma Parte Contratante por ou em nome da empresa aérea designada da outra Parte Contratante;

b) retidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante ao chegar ou sair do território da outra Parte Contratante;

c) conduzidos a bordo da aeronave da empresa aérea designada pela Parte Contratante, no território da outra Parte Contratante e com o intuito de serem usados na operação dos serviços acordados.

3. Os bens mencionados no parágrafo 1 deste Artigo, aos quais foi concedida a isenção, não poderão ser alienados ou vendidos no território da mencionada Parte Contratante.

4. Os equipamentos de uso, assim como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo da aeronave da empresa aérea designada de qualquer Parte Contratante podem ser descarregados no território da outra Parte Contratante somente com autorização de suas autoridades aduaneiras. Nessas circunstâcias, tais itens podem ser colocados sob a supervisão das referidas autoridades até que sejam devolvidos ao exterior ou de outra forma destinados, em conformidade com o disposto nas normas aduaneiras.

5. As Partes Contratantes permitirão o empréstimo, entre as empresas aéreas, de equipamentos de aeronave, de equipamentos de segurança, bem como de peças sobressalentes, isentos de direitos aduaneiros, quando forem utilizados na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, ficando limitado o seu controle às formalidades necessárias para garantir que a devolução dos referidos equipamentos ou peças sobressalentes consista na sua restituição, qualitativa e tecnicamente idênticos, e que, em caso algum, a transação tenha caráter lucrativo.

6. Passageiros, bagagens e carga em trânsito pelo território de uma Parte Contratante, e que não saiam da área reservada do aeroporto para tal propósito, serão no máximo submetidos a um controle simplificado, exceto em caso de ameaça de violência, de interferência ilícita contra a aviação civil e segurança de vôo. Bagagens e carga em trânsito estarão isentas de direitos aduaneiros.

ARTIGO 9
Operação dos Serviços Acordados

1. Haverá oportunidade justa e igual para as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes operarem os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. Na operação dos serviços acordados, a empresa designada de cada Parte Contratante levará em conta os interesses da empresa aérea designada da outra Parte Contratante, a fim de não afetar indevidamente os serviços proporcionados pela última no todo ou em parte das mesmas rotas.

3. Os serviços acordados proporcionados pelas empresas aéreas das Partes Contratantes terão como característica uma relação estreita com as necessidades do público para o transporte nas rotas especificadas e terão como objetivo primário a provisão, em níveis razoáveis de aproveitamento de capacidade adequada para atender às necessidades atuais e às razoavelmente previsíveis para o transporte de passageiros e carga, inclusive mala postal, originados em ou destinados ao território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea. A provisão para o transporte de passageiros e carga, inclusive mala postal, embarcados e desembarcados em pontos outros nas rotas especificadas que não no território da Parte Contratante que designou a empresa aérea, será determinada conforme os princípios gerais de que a capacidade será relacionada com:

a) a demanda de tráfego de e para o território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea;

b) a demanda de tráfego da região através da qual passam os serviços acordados, levando em conta os serviços aéreos locais e regionais, e

c) os requisitos de operação dos serviços de longo curso.

4. A capacidade máxima a ser proporcionada nas rotas especificadas será a que for determinada, de tempos em tempos, conjuntamente, pelas autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes.

5. Cada empresa aérea apresentará seus programas para aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias antes da data efetiva proposta, desde que estes estejam em conformidade com os termos deste Acordo.

ARTIGO 10
Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas para o transporte nos serviços acordados entre os territórios das Partes Contratantes serão estabelecidas em níveis razoáveis, levando-se em consideração todos os fatores pertinentes, inclusive o interesse dos usuários, o custo de operação, lucro razoável, características do serviço e, quando adequado, as tarifas cobradas por outras empresas aéreas operando em toda ou parte da mesma rota.

2. As tarifas mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo serão acordadas, se possível, entre as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes. Salvo determinação em contrário na aplicação do parágrafo 4 deste Artigo, cada empresa aérea designada será responsável somente perante suas autoridades aeronáuticas, pela justificativa e pelo caráter razoável das tarifas como tal acordadas.

3. As tarifas assim acordadas serão submetidas, para aprovação, às autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes, pelo menos 60 (sessenta) dias antes da data proposta para sua introdução. Em casos especiais, este prazo poderá ser reduzido, sujeito a acordo das mencionadas autoridades. Ao receberem a proposta de tarifas, as autoridades aeronáuticas examinarão tais tarifas sem atraso desnecessário. As autoridades aeronáuticas poderão comunicar às outras autoridades aeronáuticas a prorrogação da data proposta de introdução de uma tarifa.

4. Se no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento as autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante não tiverem notificado as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante de que desaprovam a tarifa a elas submetida, a mesma deverá ser considerada aceita e deverá vigorar na data estabelecida na tarifa proposta. Caso um prazo menor para proposta de uma tarifa seja aceito pelas autoridades aeronáuticas estas podem concordar também com um prazo menor do que 30 (trinta) dias para a notificação de desaprovação.

5. Se uma tarifa não puder ser fixada em conformidade com as disposições do parágrafo 2 deste Artigo, ou se no prazo previsto no parágrafo 3 deste Artigo uma notificação de desaprovação tiver sido dada, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes esforçarão-se-ão para fixar a tarifa de comum acordo. As consultas entre as autoridades aeronáuticas serão realizadas em conformidade com o Artigo 14 deste Acordo.

6. Se as autoridades aeronáuticas não puderem chegar a um acordo a respeito de uma tarifa que lhes tenha sido submetida nos termos do parágrafo 3 deste Artigo, nem sobre a fixação de qualquer tarifa nos termos do parágrafo 4 deste Artigo, a divergência será solucionada em conformidade com as disposições do Artigo 17 deste Acordo.

7. a) Nenhuma tarifa vigorará se as autoridades aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes estiverem em desacordo com a mesma, exceto segundo as disposições previstas no parágrafo 4 do Artigo 17 deste Acordo.

b) Quando as tarifas tiverem sido estabelecidas conforme as disposições do presente Artigo, permanecerão em vigor até que novas tarifas sejam estabelecidas, nos termos das disposições deste Artigo ou do Artigo 17 deste Acordo.

8. Se as autoridades aeronáuticas de uma das Partes Contratantes discordarem de uma tarifa fixada, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante serão notificadas e as empresas aéreas designadas procurarão, se necessário, chegar a um entendimento. Se, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento de tal notificação, uma nova tarifa não puder ser fixada em conformidade com as disposições previstas nos parágrafos 2 e 3 deste Artigo, os procedimentos indicados nos parágrafos 4 e 5 deste Artigo serão aplicados.

9. As autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes esforçar-se-ão para assegurar que as tarifas cobradas e recebidas correspondam às tarifas acordadas por ambas as autoridades aeronáuticas.

ARTIGO 11
Atividades Comerciais

1. A empresa aérea designada de uma Parte Contratante poderá, conforme as leis e regulamentos da outra Parte Contratante, relativas a entrada, residência e emprego, trazer e manter no território da outra Parte Contratante, pessoal executivo, de vendas, técnico e operacional e outros especialistas necessários à operação dos serviços acordados.

2. Em particular, cada Parte Contratante concederá à empresa aérea designada da outra Parte Contratante o direito à comercialização do transporte aéreo no seu território diretamente e, a critério da empresa aérea, através dos seus agentes. Cada empresa aérea terá o direito de comercializar tal transporte e qualquer pessoa estará livre para adquiri-lo na moeda daquele país ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países.

ARTIGO 12
Conversão e Remessa de Receitas

1. Uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante terá o direito de converter e remeter para seu país, a pedido, receitas locais excedentes às somas localmente desembolsadas.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas sem restrição, à taxa de câmbio aplicável a transações correntes e que esteja em vigor na época em que tais receitas forem apresentadas para conversão e remessa, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos na execução de tais conversão e remessa.

3. As disposições deste Artigo não isentam as empresas aéreas designadas de impostos, taxas e contribuições às quais estão sujeitas.

ARTIGO 13
Tarifas Aeronáuticas

1. Nenhuma Parte Contratante dará preferência à sua empresa aérea ou a qualquer outra em relação a uma empresa aérea realizando serviços aéreos internacionais semelhantes da outra Parte Contratante, na aplicação de tarifas de uso de aeroportos, aerovias, serviços de tráfego aéreo e instalações conexas sob seu controle.

2. Cada Parte Contratante encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades arrecadadoras competentes e as empresas aéreas que se utilizam dos serviços e das instalações proporcionadas por aquelas autoridades, quando factível por intermédio das organizações representativas das empresas aéreas. As propostas de alteração nas tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários pelas autoridades arrecadadoras competentes com razoável antecedência, para permitir a tais usuários expressar seus pontos de vista antes de que as alterações sejam feitas. Cada Parte Contratante, além disso, encorajará suas autoridades arrecadadoras competentes e os usuários a trocar informações relativas às tarifas aeronáuticas.

ARTIGO 14
Consultas

1. Num espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão entre si, de tempos em tempos, com o objetivo de assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das disposições deste Acordo, ou para discutir qualquer problema relacionado com este.

2. Tais consultas começarão dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento de uma tal solicitação, exceto se acordado diferentemente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 15
Emendas

1. Quaisquer emendas ou modificações deste Acordo estabelecidas pelas Partes Contratantes entrarão em vigor em data a ser determinada por troca de Notas diplomáticas indicando que todos os procedimentos internos necessários foram concluídos por ambas as Partes Contratantes.

2. Qualquer emenda ou modificação do Anexo a este Acordo será acordada entre as autoridades aeronáuticas, e entrará em vigor quando confirmada por troca de Notas diplomáticas.

ARTIGO 16
Convenção Multilateral

Se uma convenção geral multilateral sobre aviação entrar em vigor em relação a ambas as Partes Contratantes, prevalecerão as disposições de tal convenção. Conforme o Artigo 14 deste Acordo, poderão ser mantidas consultas com vistas a determinar o grau em que este Acordo é afetado pelas disposições da convenção multilateral.

ARTIGO 17
Solução de Controvérsias

1. Qualquer divergência que surja com relação a este Acordo, que não seja resolvida por meio de consultas, pode ser submetida, por acordo entre as Partes Contratantes, à decisão de alguma pessoa ou organismo. Se as Partes Contratantes não concordarem com tal procedimento, a disputa será, por solicitação de qualquer das Partes Contratantes, submetida a arbitragem, em conformidade com os procedimentos abaixo.

2. A arbitragem será feita por um tribunal de três árbitros, a ser constituído como se segue:

a) dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da solicitação de arbitragem, cada Parte Contratante nomeará um árbitro. Dentro de 60 (sessenta) dias após esses dois árbitros terem sido nomeados, eles deverão, mediante acordo, designar um terceiro, árbitro que deverá atuar como Presidente do tribunal arbitral;

b) se uma das Partes Contratantes deixar de nomear um árbitro, ou se o terceiro árbitro não for designado conforme a alínea **"a"** deste parágrafo, qualquer das Partes Contratantes poderá solicitar ao Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional que nomeie o árbitro ou árbitros necessários, dentro de 30 (trinta) dias. Se o Presidente for nacional de uma das Partes Contratantes, o Vice-Presidente, hierarquicamente mais antigo, que não esteja desqualificado pelo mesmo motivo, fará a indicação.

3. Exceto quando acordado em contrário, o tribunal arbitral determinará os limites de sua jurisdição em consonância com este Acordo, e estabelecerá seu próprio procedimento.

4. Cada Parte Contratante deverá, consistente com a sua legislação nacional, acatar integralmente qualquer decisão ou sentença do tribunal arbitral.

5. As despesas do tribunal arbitral, inclusive os encargos e despesas com os árbitros, serão compartilhadas igualmente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 18
Denúncia

Cada Parte Contratante poderá, a qualquer momento após a entrada em vigor deste Acordo, notificar a outra Parte Contratante, por escrito pelos canais diplomáticos, de sua decisão de denunciar este Acordo; tal notificação será feita simultaneamente à Organização de Aviação Civil Internacional. O Acordo deixará de viger um ano após a data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja retirada, de comum acordo, antes de expirar esse prazo. Se o recebimento da notificação não for acusado pela outra Parte Contratante, essa notificação será considerada recebida 14 (quatorze) dias após seu recebimento pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 19
Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda a ele serão registrados na Organização de Avaliação Civil Internacional.

ARTIGO 20
Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor em data a ser determinada por troca de Notas diplomáticas indicando que os procedimentos internos necessários foram concluídos por ambas as Partes Contratantes.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Brasília, em 3 de abril de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português, húngaro, e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA HUNGRIA
Károly Lotz
Ministro dos Transportes, Comunicações e Recursos Hídricos

A N E X O

QUADRO DE ROTAS

Seção 1

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas do Brasil:

Pontos no Brasil - pontos internacionais ( ) pontos na Hungria pontos além

Seção 2

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas da Hungria:

Pontos na Hungria pontos intermediários - ( ) pontos no Brasil - pontos além

Notas:

1. Os pontos a serem servidos nas rotas acima especificadas deverão ser determinados conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes.

2. As empresas aéreas designadas do Brasil podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos no Brasil.

3. As empresas aéreas designadas da Hungria podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos na Hungria.

LÉGIKÖZLEKEDÉSI MEGÁLLAPODÁS

A BRAZIL SZÖVETSÉGI KÖZTÁRSASÁG KORMÁNYA ÉS

A MAGYAR KÖZTÁRSASÁG KORMÁNYA

KÖZÖTT

A Brazil Szövetségi Kormánya és a Magyar Köztársaság Köztársaság Kormánya (a továbbiakban a Szerzõdõ Felek)

a Chicagóban 1944. december hetedik napján aláírásra megnyitott, a Nemzetközi Polgári Repülésrõl szóló Egyezmény részeseiként,

attól az óhajtól vezérelve, hogy a nemzetközi légiközlekedés fejlõdését elõsegítsék,

attól az óhajtól vezérelve, hogy Megállapodást kössenek a területeik közötti és azokon túli légijáratok létrehozása céljából, az alábbiakban állapodnak meg:

I. cikk
Fogalom-meghatározások

Jelen Megállapodás szempontjából, kivéve, ha a szöveg másként rendelkezik:

(a) a "légügyi hatóságok" kifejezés Brazília esetében a Légügyi Minisztériumot, a Magyar Köztársaság esetében a Közlekedési, Hírközlési és Vízügyi Minisztériumot, illetve mindkét esetben az említett hatóságok jelenlegi feladatainak ellátásával megbízott bármely személyt vagy szervet jelenti,

(b) az "Egyezmény" kifejezés a Chicagóban 1944. december hetedik napján aláírásra megnyitott Nemzetközi Polgári Repülésrõl szóló Egyezményt jelenti, beleértve az Egyezmény 90. cikke alapján elfogadott valamennyi Függeléket és az Egyezmény 90. és 94. cikke alapján az Egyezmény vagy a Függelékek bármely módosítását, amennyiben ezen Függelékek és módosítások mindkét Szerzõdõ Félre érvényesek,

(c) a "Megállapodás" kifejezés a jelen Megállapodást, annak Függelékét és a Megállapodás vagy a Függelék bármely módosítását jelenti,

(d) a "megállapodás szerinti járatok" kifejezés a meghatározott útvonalakon utasok, áruk és a postai küldemények külön-külön vagy együttesen történõ szállítására üzemeltetett légijáratokat jelenti,

(e) a "légijáratok", "nemzetközi légijáratok", "légiközlekedési vállalat" és "a nem-kereskedelmi célból történõ leszállás" kifejezések az Egyezmény 96. cikkében meghatározott jelentéssel bírnak,

(f) a "kijelölt légiközlekedési vállalat" olyan légiközlekedési vállalatot jelent, amelyet a jelen Megállapodás 3. cikkével összhangban jelöltek ki és engedélyeztek,

(g) a "meghatározott útvonal" kifejezés a jelen Megállapodás Függelékében meghatározott útvonalak valamelyikét jelenti,

(h) a "viteldíj" kifejezés a következõ egyik vagy több meghatározást jelenti:

(i) bármely légiközlekedési vállalat által a légijárat során az utasok és poggyászaik szállításáért felszámított díjat, valamint a kiegészítõ szolgáltatások díjait és feltételeit;

(ii) egy légiközlekedési vállalat által a légijárat során az áruk (kivéve a postai küldeményeket) fuvarozásáért felszámított díjat;

(iii) bármely ilyen díj, beleértve bármely ehhez kapcsolódó elõnyt, elérhetõségét és alkalmazhatóságát szabályozó feltételt; és

(iv) egy légiközlekedési vállalat által egy ügynökség részére, az ügynökség által a légijáratokon való szállításra eladott repülõjegyekért és a teljesített légi fuvarlevelekért fizetett jutalék arányát;

(i) a "terület" kifejezés egy állam vonatkozásában az Egyezmény 2. cikkében meghatározott jelentéssel bír;

(j) a "használati díj" kifejezés a légiközlekedési vállalatoknak a repülõterek, léginavigációs vagy repülésbiztonsági berendezések és szolgáltatások használatáért felszámított díjakat jelenti.

2. cikk
Forgalmi jogok nyújtása

(1) Mindegyik Szerzõdõ Fél megadja a másik Szerzõdõ Félnek, a meghatározott útvonalakon nemzetközi légijáratok üzemeltetése céljából, a jelen Megállapodásban a következõkben meghatározásra kerülõ jogokat. A Függelék vonatkozó rendelkezéseivel összhangban mindegyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának a meghatározott útvonalakon történõ megállapodás szerinti légijárat üzemeltetése során:

(a) joga van a másik Szerzõdõ Fél területének leszállás nélküli átrepülésére;

(b) joga van az adott területen nem-kereskedelmi célból leszállni;

(c) joga van az adott területen, a meghatározott útvonalak pontjain, a másik Szerzõdõ Fél területének pontjaira irányuló vagy onnan induló utasokat, poggyászt, árukat és postai küldeményeket külön-külön vagy együttesen felvenni és kirakni;

(d) joga van harmadik országok területein, a meghatározott útvonalak pontjain, a másik Szerzõdõ Fél területének pontjaira irányuló vagy onnan induló utasokat, poggyászt, árukat és postai küldeményeket külön-külön vagy együttesen felvenni és kirakni.

(2) Jelen cikk (1) bekezdése egyetlen rendelkezése sem értelmezhetõ oly módon, mintha az az egyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának jogot adna arra, hogy a másik Szerzõdõ Fél területén bér vagy díj ellenében utasokat, poggyászt, árukat és postai küldeményeket vegyen fel az adott Szerzõdõ Fél területén lévõ más pontra történõ szállítás céljából.

3. cikk
Kijelölés és engedélyezés

(1) Mindegyik Szerzõdõ Félnek joga van, a másik Szerzõdõ Fél diplomáciai úton történõ írásos értesítése mellett, a megállapodás szerinti légijáratok üzemeltetésére egy légiközlekedési vállalatot vagy vállalatokat kijelölni.

(2) Az ilyen kijelölésre vonatkozó értesítés kézhezvételekor, mindegyik Szerzõdõ Fél légügyi hatóságai, jogszabályaikkal és rendelkezéseikkel összhangban, késedelem nélkül kiadják a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának vagy vállalatainak a megfelelõ üzemeltetési engedélyeket a légijáratok üzemeltetésére.

(3) Mindegyik Szerzõdõ Félnek joga van a jelen cikk (2) bekezdése szerinti üzemeltetési engedélyek kiadását megtagadni vagy ezen engedélyeket a jelen Megállapodás 2. cikkében meghatározott jogoknak a kijelölt légiközlekedési vállalat általi gyakorlását az általa szükségesnek ítélt feltételekhez kötni, ha nem igazolt, hogy a légiközlekedési vállalat vagy vállalatok tulajdonának túlnyomó része és tényleges ellenõrzése a légiközlekedési vállalatot kijelölõ Szerzõdõ Fél vagy annak állampolgárai, illetve mindkettõ kezében van.

(4) Az egyik Szerzõdõ Fél légügyi hatóságai kérhetik a másik Szerzõdõ Fél által kijelölt légiközlekedési vállalatot vagy vállalatokat annak igazolására, hogy az vagy azok képesek a hatóságok által a nemzetközi légijáratok üzemeltetésére a jogszabályokban és rendelkezésekben szokásosan elõírt és ésszerûen alkalmazott feltételek teljesítésére.

(5) Amikor egy légiközlekedési vállalatot ilyen módon kijelöltek és engedélyeztek, megkezdheti a megállapodás szerinti légijáratok üzemeltetését, feltéve, hogy a légiközlekedési vállalat betartja a jelen Megállapodás alkalmazandó rendelkezéseit.

(6) Mindegyik Szerzõdõ Félnek joga van, a másik Szerzõdõ Fél diplomáciai úton történõ írásos értesítése mellett, bármely légiközlekedési vállalat kijelölését visszavonni és egy másikat kijelölni.

4. cikk
Az engedély visszavonása és engedélyezése

(1) Mindegyik Szerzõdõ Félnek joga van a jelen Megállapodás 2. cikkében meghatározott jogok másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalata vagy vállalatai általi üzemeltetésére vonatkozó engedélyek visszavonására és felfüggesztésére, vagy ezen jogok gyakorlását ideiglenesen vagy állandóan az általa szükségesnek ítélt feltételekhez kötni:

(a) abban az esetben, ha a légiközlekedési vállalat vagy vállalatok nem tartják meg az adott Szerzõdõ Fél jogszabályait és rendelkezéseit;

(b) abban az esetben, ha nem igazolt, hogy a légiközlekedési vállalat vagy vállalatok tulajdonának túlnyomó része és tényleges ellenõrzése a légiközlekedési vállalatot kijelölõ Szerzõdõ Fél vagy annak állampolgárai, illetve mindkettõ kezében van;

(c) abban az esetben, ha a légiközlekedési vállalat vagy vállalatok nem a jelen Megállapodásban elõírt feltételekkel összhangban üzemelnek.

(2) Hacsak a jogszabályok és rendelkezések további be nem tartásának megakadályozása céljából a jelen cikk (1) bekezdése szerinti azonnali visszavonás vagy felfüggesztés, illetve feltételek elõírása nem szükséges, ezen jogok csak a másik Szerzõdõ Fél légügyi hatóságaival folytatott konzultáció után gyakorolhatók.

5. cikk
Jogszabályok és rendelkezések alkalmazása

(1) Az egyik Szerzõdõ Félnek - a területére belépõ, ott-tartózkodó, illetve a területérõl távozó, a nemzetközi légiforgalomban részt vevõ légijármûre vagy ezen légijármû üzemelésére és repülésére az adott területen való tartózkodás során vonatkozó - jogszabályait és rendelkezéseit a nemzetiségre vonatkozó megkülönböztetés nélkül kell alkalmazni a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatára vagy vállalataira, és azokat a légiközlekedési vállalatoknak az elsõ Szerzõdõ Fél területére történõ belépéskor, távozáskor és ott-tartózkodáskor be kell tartaniuk.

(2) Az egyik Szerzõdõ Félnek a területére történõ belépés, ott-tartózkodás vagy távozás során a légijármûvön lévõ utasokra, személyzetre, árukra vagy postára, valamint a belépésre, vámkezelésre, tranzitra, bevándorlásra, útlevelekre, vámokra és karanténra vonatkozó jogszabályait és rendelkezéseit az elsõ Szerzõdõ Fél területére való belépéskor, távozáskor vagy ott-tartózkodáskor a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának vagy vállalatainak, azok személyzetének, az utasoknak, áruknak vagy postának, be kell tartaniuk, illetve azokra vonatkozóan be kell tartani.

(3) Egyik Szerzõdõ Fél sem biztosít kedvezõbb bánásmódot saját légiközlekedési vállalatának vagy más légiközlekedési vállalatnak a jelen cikk (1) és (2) bekezdésében meghatározott rendelkezések alkalmazása során a másik Szerzõdõ Fél hasonló nemzetközi légifuvarozásban részt vevõ légiközlekedési vállalatával szemben.

6. cikk
Bizonyítványok és engedélyek

(1) Az egyik Szerzõdõ Fél által kiadott vagy érvényesített és érvényben lévõ légialkalmassági bizonyítványokat, szakszolgálati engedélyeket és jogosítványokat a másik Szerzõdõ Fél a megállapodás szerinti légijáratok meghatározott útvonalakon történõ üzemeltetése szempontjából érvényesnek ismeri el, feltéve, hogy a bizonyítványok vagy engedélyek az Egyezmény által meghatározott követelményeknek megfelelõen és azokkal összhangban kerültek kiadásra vagy érvényesítésre. Mindazonáltal mindegyik Szerzõdõ Fél fenntartja a jogot, hogy a területe feletti átrepülés szempontjából ne ismerje el érvényesnek a másik Szerzõdõ Fél által a saját állampolgárai számára kiadott szakszolgálati engedélyeket és jogosítványokat.

(2) Amennyiben a jelen cikk (1) bekezdésében meghatározott bizonyítványokat vagy jogosítványokat az Egyezményben meghatározott követelményektõl eltérõ elõírások szerint adták ki vagy érvényesítették és ha ezeket az eltéréseket a Nemzetközi Polgári Repülési Szervezethez benyújtották, a másik Szerzõdõ Fél légiközlekedési hatóságai a jelen Megállapodás 14. cikkével összhangban konzultációkat kérhetnek annak igazolására, hogy a kérdéses elõírások kielégítõek-e számukra.

(3) Amennyiben az ilyen konzultációkat követõen az egyik Szerzõdõ Fél azt állapítja meg, hogy a másik Szerzõdõ Fél ezeken a területeken ténylegesen nem tartja meg és nem alkalmazza azokat a biztonsági elõírásokat és követelményeket, amelyek az Egyezmény alapján megállapított minimális elõírásokkal legalább azonosak, a másik Szerzõdõ Felet értesíti ezekrõl a tényekrõl és a minimális elõírásoknak történõ megfeleléshez szükséges intézkedésekrõl, és a másik Szerzõdõ Fél megteszi a megfelelõ korrekciós intézkedést. Abban az esetben, ha a másik Szerzõdõ Fél ésszerû idõn belül nem teszi meg ezeket a megfelelõ intézkedéseket, a jelen Megállapodás 4. cikke rendelkezéseit kell alkalmazni.

7. cikk
A repülés védelme

(1) A Szerzõdõ Felek, összhangban a nemzetközi jog által biztosított jogaikkal és kötelezettségeikkel, megerõsítik azon egymással szembeni elkötelezettségüket, hogy a polgári légiközlekedés biztonságának jogellenes cselekményektõl való megvédése a jelen Megállapodás elválaszthatatlan részét képezi. A Szerzõdõ Felek, a nemzetközi jog által biztosított jogaik és kötelezettségeik korlátozása nélkül, összhangban járnak el a Tokióban, 1963. szeptember 14-én aláírt, A légijármûvek fedélzetén elkövetett bûncselekményekrõl és egyéb cselekményekrõl szóló egyezmény, a Hágában, 1970. december 16-án aláírt, A légijármûvek jogellenes hatalomba kerítésének leküzdésérõl szóló egyezmény, a Montrealban, 1971. szeptember 23-án aláírt, A polgári légiközlekedés biztonsága elleni jogellenes cselekmények leküzdésérõl szóló egyezmény vagy más, a légiközlekedés biztonságára vonatkozó egyezmény - amelynek mindkét Szerzõdõ Fél tagja - rendelkezéseivel.

(2) A Szerzõdõ Felek, felkérés esetén, minden szükséges segítséget megadnak egymásnak a légijármûvek jogellenes hatalomba kerítésére irányuló cselekmények megakadályozása és más, a légijármû, annak utasai és személyzete, a repülõterek és a léginavigációs berendezések, valamint bármely más, a polgári légiközlekedés biztonsága ellen irányuló fenyegetés megakadályozása érdekében.

(3) A Szerzõdõ Felek, egymással fenntartott kapcsolataikban, a Nemzetközi Polgári Repülési Szervezet által megállapított és az Egyezmény Függelékeiben megnevezett, a légi közlekedés biztonságára vonatkozó rendelkezésekkel összhangban járnak el - olyan mértékben, ahogy ezek a biztonsági rendelkezések a Szerzõdõ Felekre vonatkoznak -, valamint megkívánják, hogy a területükön nyilvántartott légijármûvek üzemeltetõi, illetve azok a légijármû-üzemeltetõk, akiknek fõ üzleti telephelye vagy állandó lakóhelye területükön van, valamint a területükön lévõ repülõterek üzemeltetõi ezen repülésbiztonsági elõírásoknak megfelelõen járjanak el.

(4) Mindegyik Szerzõdõ Fél egyetért azzal, hogy a fenti (3) bekezdésben meghatározott, a légiközlekedés védelmére a másik Szerzõdõ Félnek a területére történõ belépéskor, távozáskor és ott-tartózkodáskor vonatkozó elõírásainak betartását megkövetelik a légijármû-üzemeltetõktõl. Mindegyik Szerzõdõ Fél biztosítja a megfelelõ intézkedések hatékony megtételét a légijármû védelmére, valamint az utasok, a személyzet, a kézipoggyászok, csomagok, áruk és légijármû-készletek beszállást, illetve berakodást megelõzõ és annak során történõ átvizsgálása érdekében. Mindegyik Szerzõdõ Fél kedvezõen bírálja el a másik Szerzõdõ Félnek egy adott veszély legyõzéséhez ésszerûen szükséges különleges biztonsági intézkedésekre vonatkozó kérését.

(5) A légijármû jogellenes hatalomba kerítésére, illetve ennek veszélye fennállása esetén, vagy más, a légijármû, annak utasai és személyzete, a repülõterek vagy a léginavigációs berendezések biztonsága elleni jogellenes cselekmények esetén, a Szerzõdõ Felek segítséget nyújtanak egymásnak a kommunikáció és más - az ilyen cselekmény vagy ennek veszélye gyors és biztonságos megszüntetéséhez szükséges - megfelelõ intézkedések megtételével.

8. cikk
Mentesség illetékek és adók alól

(1) Viszonosság alapján mindegyik Szerzõdõ Fél, a nemzeti törvényeivel összhangban, mentességet biztosít a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának a légijármûvekre, az üzemanyagra, a kenõolajokra, a mûszaki fogyóeszközökre, a pótalkatrészekre, beleértve a hajtómûveket, a légijármû szokásos felszereléseire, a légijármû készleteire, beleértve az utasok ellátására szolgáló szeszes italokat és dohányárut vagy egyéb, a repülés során az utasok részére korlátozott

mennyiségben történõ értékesítésre szánt cikkeket, vagy egyéb, kizárólag a másik Szerzõdõ Fél által kijelölt légiközlekedési vállalat légijármûvének üzemeltetésével vagy kiszolgálásával kapcsolatban való felhasználásra szánt cikkekre - mint nyomtatott jegytömbök, légi fuvarlevelek, bármilyen nyomtatvány, amelyre a vállalat logoját rányomtatták és az adott légiközlekedési vállalat díjmentesen terjesztett információs anyagok - alkalmazott beviteli korlátozások, vámok, illetékek, adók, vizsgálati díjak és más nemzeti illetékek és díjak alól.

(2) A jelen cikkben biztosított mentességek vonatkoznak a jelen cikk 1. bekezdésében meghatározott tételekre, amelyeket

(a) az egyik Szerzõdõ Fél területére a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalata visz, vagy annak nevében viszik be;

(b) az egyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalat légijármûvének fedélzetén tartanak a másik Szerzõdõ Fél területére történõ belépéskor vagy távozáskor;

(c) az egyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalata légijármûvének fedélzetére a másik Szerzõdõ Fél területén visznek fel és kizárólag a megállapodás szerinti légijáratok üzemeltetésére szánnak;

(3) A jelen cikk 1. pontjában említett mentességben részesített termékek az adott Szerzõdõ Fél területén nem idegeníthetõk el és/vagy nem értékesítõk.

(4) A légijármû szokásos felszerelései, valamint valamelyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalata légijármûve fedélzetén szokásosan tartott anyagok és készletek a másik Szerzõdõ Fél területén csak az adott terület vámhatóságainak jóváhagyásával rakhatók ki. Ebben az esetben ezek az említett hatóságok felügyelete alá helyezhetõk arra az idõre, amíg azokat újból kiviszik vagy azokról a vámrendelkezésekkel összhangban másként rendelkeznek.

(5) A Szerzõdõ Felek engedélyezik a légiközlekedési vállalatok között légijármü felszereléseinek, biztonsági berendezéseknek, valamint pótalkatrészeknek vámmentes kölcsönadását abban az esetben, ha azokat a normál nemzetközi légiforgalmi szolgáltatások nyújtásához használják. Ilyenkor ezek ellenõrzése a szóbanforgó felszerelések és pótalkatrészek müszakilag és minõségileg azonos visszaszolgáltatásának biztosítására szorítkozik, és a kölcsönadás egyetlen esetben sem ölthet haszonszerezési jelleget.

(6) Az egyik Szerzõdõ Fél területén közvetlen tranzitban áthaladó és a repülõtér erre a célra kijelölt területét el nem hagyó utasok, poggyászok és áruk legfeljebb egyszerûsített ellenõrzésnek vethetõk alá, kivéve az erõszakos cselekmények, a polgári légiközlekedés és a repülésbiztonság elleni jogellenes cselekmények gyanúja esetén. A közvetlen tranzitban áthaladó poggyászok és áruk vámmentességet élveznek.

9. cikk
Kapacitás

(1) A Szerzõdõ Felek kijelölt légiközlekedési vállalatai tisztességes és egyenlõ lehetõségeket élveznek a megállapodás szerinti légijáratoknak a meghatározott útvonalakon történõ üzemeltetésére.

(2) A megállapodás szerinti légijáratok üzemeltetése során mindegyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának figyelembe kell vennie a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának érdekeit, hogy az utóbbi légiközlekedési vállalat ugyanazon az útvonalon vagy annak egy szakaszán üzemeltetett járatát indokolatlanul ne zavarják.

(3) A Szerzõdõ Felek kijelölt légiközlekedési vállalatai által üzemeltetett légijáratoknak igazodniuk kell a meghatározott útvonalak szállítási igényeihez és elsõdleges céljuk kell, hogy legyen az olyan kapacitás biztosítása, amely ésszerû terhelési tényezõ mellett megfelel a légiközlekedési vállalatot kijelölõ Szerzõdõ Fél területérõl kiinduló

vagy oda irányuló utas- és áruszállítás, beleértve a postaküldeményeket, iránt meglévõ és ésszerûen elõrebecsült igényeinek. Azon utasok és áruk, beleértve a postai küldeményeket, szállítása során, amelyeket a meghatározott útvonalon, de nem a légiközlekedési vállalatot kijelölõ Szerzõdõ Fél területén visznek a fedélzetre és raknak ki, biztosítani kell, hogy az általános feltételekkel összhangban a kapacitás igazodjon:

(a) a légiközlekedési vállalatot kijelölõ Szerzõdõ Fél területérõl kiinduló és oda irányuló szállítási igényekhez;

(b) azon régió szállítási igényeihez, amelyen a megállapodás szerinti légijárat keresztül halad, figyelembe véve a helyi és regionális légijáratokat;

(c) a légiközlekedési vállalat üzemeléséből felmerülõ igényekhez.

(4) A meghatározott útvonalakon nyújtandó kapacitás felsõ határát a Szerzõdõ Felek légiközlekedési hatóságai idõrõl idõre közösen határozzák meg.

(5) Mindegyik légiközlekedési vállalat jóváhagyás céljából benyújtja menetrendjét a másik Szerzõdõ Fél légügyi hatóságához legalább negyvenöt (45) nappal tervezett bevezetését megelõzõen, feltételezve hogy az megfelel a jelen Megállapodás feltételeinek.

10. cikk
Viteldíjak

(1) A Szerzõdõ Felek területei közötti megállapodás szerinti légijáratok során végzett szállításokért felszámított viteldíjakat ésszerû szinten kell megállapítani, kellõ figyelemmel minden meghatározó tényezõre, beleértve az igénybevevõk érdekeit, az üzemeltetési költségeket, az ésszerû profitot, a járat jellemzõit, valamint, ha alkalmasnak tekintik, más légiközlekedési vállalatoknak ugyanazon útvonal egészén vagy egy szakaszán felszámított viteldíjait.

(2) A jelen cikk (1) bekezdésében meghatározott viteldíjakról, lehetõség szerint, a Szerzõdõ Felek kijelölt légiközlekedési vállalatai állapodnak meg. Hacsak a jelen cikk (4) bekezdése alkalmazása során másként nem határoznak, mindegyik kijelölt légiközlekedési vállalat csak a saját légügyi hatóságának köteles a megállapított viteldíjak igazolására és indoklására.

(3) Az így megállapított viteldíjakat jóváhagyásra be kell nyújtani a Szerzõdõ Felek légügyi hatóságaihoz legalább hatvan (60) nappal tervezett bevezetésük elõtt. Egyedi esetekben a határidõ, az említett hatóságok megállapodásának függvényében, lerövidíthetõ. A viteldíjakra vonatkozó kérelem kézhezvételekor a légügyi hatóságok a viteldíjakat késedelem nélkül elbírálják. Az egyik légügyi hatóság értesítheti a másik légügyi hatóságot, hogy a viteldíj tervezett bevezetését elhalasztják.

(4) Amennyiben a kézhezvételtõl számított harminc (30) napon belül az egyik Szerzõdõ Fél légiközlekedési hatóságai nem tájékoztatják a másik Szerzõdõ Fél légiközlekedési hatóságait arról, hogy a hozzájuk benyújtott viteldíjjal nem értenek egyet, a viteldíjat elfogadottnak kell tekinteni és az a tervezetben megjelölt idõpontban érvényessé válik. Abban az esetben, ha a légiközlekedési hatóságok a viteldíjra vonatkozóan rövidebb benyújtási határidõrõl állapodnak meg, arról is megegyezhetnek, hogy az egyet nem értésrõl szóló értesítés határidejét kevesebb mint harminc (30) napban állapítsák meg.

(5) Ha egy viteldíj a jelen cikk (2) bekezdésével összhangban nem állapítható meg, vagy ha a jelen cikk (3) bekezdésével összhangban alkalmazott idõszak alatt a viteldíjjal való egyet nem értésrõl adnak tájékoztatást, a Szerzõdõ Felek légügyi hatóságai kísérlik meg együtt meghatározni a viteldíjat. A légügyi hatóságok közötti konzultációkat a jelen Megállapodás 14. cikkével összhangban kell megtartani.

(6) Ha a légügyi hatóságok nem értenek egyet a jelen cikk (3) bekezdése szerint hozzájuk benyújtott valamely viteldíjjal, vagy a jelen cikk (4) bekezdése szerint nem tudnak meghatározni valamely viteldíjat, a vitát a jelen Megállapodás 17. cikke rendelkezéseivel összhangban kell rendezni.

(7)

(a) Egyetlen viteldíj sem léphet érvénybe, ha azzal valamelyik Szerzõdõ Fél légügyi hatósága nem ért egyet, kivéve a jelen Megállapodás e cikke vagy 17. cikke rendelkezése alapján.

(b) Amikor a viteldíjakat a jelen cikk rendelkezéseivel összhangban megállapították, ezek a viteldíjak addig maradnak érvényben, amíg a jelen Megállapodás e cikke vagy 17. cikke alapján új viteldíjakat nem állapítanak meg.

(8) Ha az egyik Szerzõdõ Fél légügyi hatósága elégedetlenné válik valamely megállapított viteldíjjal, errõl értesíti a másik Szerzõdõ Fél légügyi hatóságát és a kijelölt légiközlekedési vállalatok, amennyiben szükséges, megkísérelnek megállapodásra jutni. Ha az értesítés kézhezvétele utáni kilencven (90) napon belül a jelen cikk (2) és (3) bekezdése rendelkezéseivel összhangban új viteldíjat nem tudnak megállapítani, a jelen cikk (4) és (5) cikkében meghatározott eljárást kell alkalmazni.

(9) A légügyi hatóságok törekednek annak biztosítására, hogy a felszámított és beszedett viteldíjak megegyezzenek a légügyi hatóságok által elfogadott viteldíjakkal.

11. cikk
Kereskedelmi tevékenység

(1) Az egyik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalata, a másik Szerzõdõ Félnek a belépésre, tartózkodásra és munkavállalásra vonatkozó jogszabályaival és rendelkezéseivel összhangban, vezetõi, értékesítési, mûszaki, üzemeltetési és egyéb, a megállapodás szerinti légijáratok üzemeltetéséhez szükséges speciális személyzetet vihet be és tarthat alkalmazásban a másik Szerzõdõ Fél területén.

(2) Mindegyik Szerzõdõ Fél biztosítja a másik Szerzõdõ Fél kijelölt légiközlekedési vállalatának a jogot, hogy területén a légiközlekedés értékesítésében közvetlenül, vagy belátása szerint ügynökein keresztül, részt vegyen. Mindegyik légiközlekedési vállalatnak joga van szolgáltatásait értékesíteni és ezeket a szolgáltatásokat az adott ország pénznemében vagy a nemzeti jogszabályok és rendelkezések szerint más országok szabadon konvertálható pénznemében bármely személy szabadon megvásárolhatja.

12. cikk
Bevételek átváltása és átutalása

(1) Mindegyik Szerzõdõ Fél légiközlekedési vállalatának joga van, kívánsága szerint, a helyi kiadásokon felül szerzett bevételeit átváltani és saját országába átutalni.

(2) A bevételek átváltását és átutalását korlátozás nélkül engedélyezni kell a folyó fizetésekre az átváltás és átutalás kérésének idõpontjában érvényes átváltási árfolyamon, és azokra semmilyen adminisztratív vagy átváltáshoz kapcsolódó díjat sem számítanak fel, kivéve az átváltás és átutalás végrehajtásáért a bankok által szokásosan beszedett díjakat.

(3) A jelen cikk rendelkezései nem tekinthetõk úgy, mintha a kijelölt légiközlekedési vállalatok mentesülnének a rájuk vonatkozó adók, díjak és hozzájárulások megfizetése alól.

13. cikk
Használati díjak

(1) Egyik Szerzõdõ Fél sem biztosít kedvezményeket a felügyelete alá tartozó repülõterek, légi útvonalak, légiforgalmi szolgáltatások és kapcsolódó létesítmények használata során felszámított díjak tekintetében saját légiközlekedési vállalata vagy valamely más légiközlekedési vállalat számára a másik Szerzõdõ Fél hasonló nemzetközi légijáratot üzemeltetõ légiközlekedési vállalatával szemben.

(2) Mindegyik Szerzõdõ Fél ösztönzi a konzultációkat saját illetékes díjmegállapító szervei, valamint ezen díjmegállapító szervek által biztosított szolgáltatásokat és létesítményeket használó légiközlekedési vállalatok között, ahol célszerû, a légiközlekedési vállalatokat képviselõ szervezetek révén. A díjmegállapító szerveknek megfelelõ idõben tájékoztatást kell adni a használati díjak tervezett módosításairól az igénybevevõknek, hogy lehetõséget biztosítsanak számukra a változtatások végrehajtása elõtti véleménynyilvánításra. Mindegyik Szerzõdõ Fél ösztönzi saját illetékes díjmegállapító szerveit és az igénybevevõket a használati díjakra vonatkozó megfelelõ információcserére.

14. cikk
Konzultációk

(1) A Szerzõdõ Felek légügyi hatóságai a szoros együttmûködés szellemében idõrõl idõre konzultálnak egymással a jelen Megállapodás rendelkezései végrehajtásának és megfelelõ betartásának biztosítása céljával.

(2) A konzultációt az erre vonatkozó kérés kézhezvételétõl számított hatvan (60) napon belül kell megkezdeni, kivéve, ha a Szerzõdõ Felek másként állapodnak meg.

15. cikk
A Megállapodás módosítása

(1) A jelen Megállapodás Szerzõdõ Felek által elfogadott bármely változtatása vagy módosítása hatálybalépésének idõpontját diplomáciai jegyzékváltással határozzák meg, amelyben mindkét Szerzõdõ Fél jelzi, hogy a szükséges belsõ eljárások befejezõdtek.

(2) A jelen Megállapodás Függelékének bármely változtatásáról vagy módosításáról a légügyi hatóságok állapodnak meg és azok diplomáciai jegyzékváltással történõ megerõsítéssel lépnek hatályba.

16. cikk
Sokoldalú egyezmények

Amennyiben egy általános sokoldalú légügyi egyezmény mindkét Szerzõdõ Fél vonatkozásában hatályba lép, ezen egyezmény rendelkezései válnak irányadóvá. A jelen Megállapodás 14. cikkével összhangban konzultációt lehet tartani annak meghatározására, hogy a sokoldalú egyezmény rendelkezései milyen mértékben befolyásolják a jelen Megállapodást.

17. cikk
Viták rendezése

(1) A jelen Megállapodással kapcsolatban felmerülõ bármely vita, amelyet konzultációk útján nem tudnak rendezni, a Szerzõdõ Felek egyetértésével döntéshozatalra valamely személy vagy testület elé utalható. Ha a Szerzõdõ Felek nem tudnak megállapodni, a vitát bármely Szerzõdõ Fél választott bíróság elé terjesztheti az alábbiakban meghatározott eljárással összhangban.

(2) A három választott bíróból álló választott bíróságot a következõk szerint kell felállítani:

(a) a választott bíróságra vonatkozó kérés kézhezvételétõl számított harminc (30) napon belül mindegyik Szerzõdõ Fél megnevez egy-egy választott bírót. E két választott bíró megnevezését követõ hatvan (60) napon belül a két választott bíró állapodik meg egy harmadik választott bíró kijelöléséről, aki a választott bíróság elnökeként tevékenykedik;

(b) ha valamelyik Szerzõdõ Fél nem tud választott bírót megnevezni, vagy a jelen bekezdés (a) albekezdésének megfelelõen harmadik választott bíró nem kerül kijelölésre, bármely Szerzõdõ Fél kérheti a Nemzetközi Polgári Repülési Szervezet Tanácsának elnökét, hogy a szükséges választott bírót vagy bírókat harminc (30) napon belül jelölje ki. Ha az elnök valamelyik Szerzõdõ Fél állampolgára, a kijelölést az ezen az alapon nem kizárt rangidõs alelnök végzi.

(3) Ha másképp nem állapodnak meg, a választott bíróság a jelen Megállapodással összhangban meghatározza saját bíráskodásának jogkörét és eljárási rendjét.

(4) Saját nemzeti jogszabályainak megfelelõen mindegyik Szerzõdõ Fél teljes hatályt ad a választott bíróság bármely döntésének vagy ítéletének.

(5) A választott bíróság költségeit, beleértve a választott bírók díjait és költségeit, a Szerzõdõ Felek egyenlõ arányban osztják meg.

18. cikk
Felmondás

A jelen Megállapodás hatálybalépését követõen bármely Szerzõdõ Fél bármikor diplomáciai úton írásban értesítheti a másik Szerzõdõ Felet azon döntéséről, hogy a jelen Megállapodást felmondja. Ezt az értesítést egyidejûleg a Nemzetközi Polgári Repülési Szervezethez is el kell juttatni. A Megállapodás az értesítés másik Szerzõdõ Fél általi kézhezvételétõl számított egy (1) év múlva jár le, hacsak a felmondásra vonatkozó értesítést ezen idõszak lejárta elõtt közös megegyezés alapján vissza nem vonják. Amennyiben a másik Szerzõdõ Fél nem ismeri el az értesítés kézhezvételét, úgy kell tekinteni, mintha azt az értesítés Nemzetközi Polgári Repülési Szervezet általi kézhezvétele után tizennégy (14) nappal kapta volna meg.

19. cikk
Nyilvántartásba vétel

A Megállapodást és annak valamennyi módosítását nyilvántartásba kell vetetni a Nemzetközi Polgári Repülési Szervezetnél.

20. cikk
Hatálybalépés

Jelen Megállapodás hatálybalépésének idõpontját diplomáciai jegyzékváltással határozzák meg, amely jelzi, hogy mindkét Szerzõdõ Félnél a szükséges belsõ eljárások befejezõdtek.

ENNEK HITELÉÜL, alulírottak, akiket erre Kormányaik megfelelõen felhatalmaztak, a jelen Megállapodást aláírják.

Készült két-két példányban , 1997. hó napján, három nyelven, portugálul, magyarul és angolul, mindegyik szöveg egyaránt hiteles. Abban az esetben, ha különbözõ értelmezések merülnek fel, az angol nyelvû szöveg az irányadó.

a Brazil Szövetségi Köztársaság
Kormánya nevében

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores

a Magyar Köztársaság
Kormánya nevében

Károly Lotz
Ministro dos Transportes, Comunicações e Recursos Hídricos

FÜGGELÉK

Útvonalak

1.

Brazília kijelölt légiközlekedési vállalatai a következõ útvonalakon üzemelhetnek:

Pontok Brazíliában - közbensõ pontok - pontok Magyarországon - túli pontok

2.

Magyarország kijelölt légiközlekedési vállalatai a következõ útvonalakon üzemelhetnek:

Pontok Magyarországon - közbensõ pontok - pontok Brazíliában - túli pontok

Megjegyzések:

1. A Szerzõdõ Felek légiközlekedési hatóságai közösen állapodnak meg a fentiekben meghatározott útvonalak pontjaira való üzemelésrõl.

2. Brazília kijelölt légiközlekedési vállalatai a fentiekben meghatározott útvonalak bármely pontját vagy pontjait kihagyhatják, vagy azokra valamelyik vagy akár mindegyik járat során eltérõ sorrendben üzemelhetnek, feltéve, hogy a meghatározott útvonalon a megállapodás szerinti légijárat kiindulási pontja Brazíliában van.

3. Magyarország kijelölt légiközlekedési vállalatai a fentiekben meghatározott útvonalak bármely pontját vagy pontjait kihagyhatják, vagy azokra valamelyik vagy akár mindegyik járat során eltérõ sorrendben üzemelhetnek, feltéve, hogy a meghatározott útvonalon a megállapodás szerinti légijárat kiindulási pontja Magyarországon van.

AIR SERVICES AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF HUNGARY

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Hungary
(hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Being Parties to the Convention on International Civil Aviation opened for signature at Chicago on the seventh day of December, 1944;

Desiring to contribute to the progress of international civil aviation;

Desiring to conclude an Agreement, for the purpose of establishing air services between and beyond their respective territories,

Have agreed as follows:

ARTICLE 1
Definitions

For the purpose of this Agreement, unless the context otherwise requires:

a) the term "aeronautical authorities" means in the case of the Federative Republic of Brazil the Minister of Aeronautics, and in the case of the Republic of Hungary, the Ministry of Transport, Communication and Water Management or, in both cases, any person or body authorised to perform any functions at present exercised by the above-mentioned authorities;

b) the term "Convention" means the Convention on International Civil Aviation, opened for signature at Chicago on the seventh day of December, 1944, and includes any Annex adopted under Article 90 of that Convention and any amendment of the Annexes or of the Convention under Articles 90 and 94 thereof, insofar as those Annexes and amendments have become effective for both Contracting Parties;

c) the term "Agreement" means this Agreement, the Annex thereto, and any amendments to the Agreement or to the Annex;

d) the term "agreed services" means air services on the specified routes for the carriage of passengers, cargo and mail, separately or in combination';

e) the terms "air services", "international air services", "airline" and "stop for non-traffic purposes" have the meanings respectively assigned to them in Article 96 of the Convention;

f) the term "designated airline" means an airline which has been designated and authorised in accordance with Article 3 of this Agreement;

g) the term "specified route" means one of the routes specified in the Annex to this Agreement;

h) the term "tariff" means one or more of the following:

i) the fare charged by any airline for the carriage of passengers and their baggage on air services and the charges and conditions for services ancillary to such carriage;

ii) the rate charged by an airline for the carriage of cargo (excluding mail) on air services;

iii) the conditions governing the availability or applicability of any such fare or rate including any benefits attaching to it, and

iv) the rate of commission paid by an airline to an agent in respect of tickets sold or air waybills completed by that agent for carriage on air services;

i) the term "territory" in relation to a State has the meaning assigned to it in Article 2 of the Convention;

j) the term "user charge" means a charge made to airlines for the provision of airport, air navigation or aviation security facilities and services.

ARTICLE 2
Grant of Rights

1. Each Contracting Party grants to the other Contracting Party the rights hereinafter specified in this Agreement for the purpose of operating international air services on a specified route. While operating an agreed service on a specified route, in accordance with the provisions of the Annex thereto, the designated airline of each Contracting Party shall enjoy:

a) the right to fly without landing across the territory of the other Contracting Party;

b) the right to make stops in the said territory for non-traffic purposes;

c) the right to embark and disembark in the said territory at the points on the specified routes passengers, baggage, cargo and mail, separately or in combination, destined for or coming from points in the territory of the other Contracting Party;

d) the right to embark and disembark in the territories of third countries at the points on the specified routes passengers, baggage, cargo and mail, separately or in combination, destined for or coming from points in the territory of the other Contracting Party;

2. Nothing in paragraph 1 of this Article shall be deemed to confer to the designated airline of one Contracting Party the privilege of embarking, in the territory of the other Contracting Party, passengers, baggage, cargo and mail carried for remuneration or hire and destined for another point in the territory of that Contracting Party.

ARTICLE 3
Designation and Authorisation

1. Each Contracting Party shall have the right to designate by written notification through diplomatic channels to the other Contracting Party, one airline or airlines to operate the agreed services.

c) in case the airline or airlines otherwise fail to operate in accordance with the conditions prescribed under this Agreement.

2. Unless immediate revocation or suspension of authorisations mentioned in paragraph 1 of this Article or imposition of conditions to prevent further infringements of laws or regulations is essential, such right shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party.

ARTICLE 5
Application of Laws and Regulations

1. The laws and regulations of one Contracting Party relating to the admission to, stay within the territory or departure from its territory of aircraft engaged in international air services or to the operation and navigation of such aircraft while within its territory, shall be applied to the aircraft of the airline or airlines designated by the other Contracting Party without distinction as to nationality, and shall be complied with by such aircraft upon entry into, departure from, or while within the territory of the first Contracting Party.

2. The laws and regulations of one Contracting Party relating to the admission to, stay within the territory or departure from its territory of passengers, crew, cargo or mail of aircraft, such as regulations relating to entry, clearance, immigration, passports, customs and quarantine, shall be complied with by or on behalf of such passengers, crew, cargo or mail of the airline or airlines designated by the other Contracting Party upon entry into, departure from or while within the territory of the first Contracting Party.

3. Neither of the Contracting Parties shall give preference to its own or any other airline over an airline engaged in similar international air services of the other Contracting Party in the application of its regulations specified in paragraphs 1 and 2 of this Article.

ARTICLE 6
Recognition of Certificates and Licenses

1. Certificates of airworthiness, certificates of competency and licenses, issued or rendered valid by one Contracting Party and still in force, shall be recognised as valid by the other Contracting Party for the purpose of operating the agreed services on the specified routes provided that such certificates or licenses were issued or rendered valid in conformity with the standards established under the Convention. Each Contracting Party, however, reserves the right to refuse to recognise, for flights over its own territory, certificates of competency and licenses granted to its own nationals by the other Contracting Party.

2. On receipt of such notification of the designation, the aeronautical authorities of each Contracting Party, according to its laws and regulations, shall, without delay, grant to the airline or airlines so designated by the other Contracting Party the appropriate operating authorisations necessary for the operation.

3. Each Contracting Party shall have the right to refuse to grant the operating authorisations referred to in paragraph 2 of this Article, or to grant these authorisations under conditions that may be deemed necessary on the exercise by the designated airline of the rights specified in Article 2 of this Agreement, if it is not satisfied that substantial ownership and effective control of the airline or airlines are vested in the Contracting Party designating it or in its nationals or in both.

4. The aeronautical authorities of one Contracting Party may require an airline or airlines designated by the other Contracting Party to satisfy them that it is qualified to fulfil the conditions prescribed under the laws and regulations normally and reasonably applied to the operation of international air services by such authorities.

5. When an airline has been so designated and authorised it may begin to operate the agreed services, provided that the airline complies with the applicable provisions of this Agreement.

6. Each Contracting Party shall have the right, by written notification through diplomatic channels, to cancel the designation of an airline and to designate another one.

ARTICLE 4
Revocation or Suspension of Authorisation

1. The aeronautical authorities of each Contracting Party shall have the right to revoke or suspend authorisations, for the exercise of the rights specified in Article 2 of this Agreement by an airline or airlines designated by the other Contracting Party, or to impose such conditions temporary or definitely as it may deem necessary on the exercise of those rights:

a) in the event of failure by such airline or airlines to comply with the laws and regulations of that Contracting Party;

b) in the event that they are not satisfied that substantial ownership and effective control of the airline or airlines are vested in the Contracting Party designating the airline or in its nationals or in both, and

c) in case the airline or airlines otherwise fail to operate in accordance with the conditions prescribed under this Agreement.

2. Unless immediate revocation or suspension of authorisations mentioned in paragraph 1 of this Article or imposition of conditions to prevent further infringements of laws or regulations is essential, such right shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party.

ARTICLE 5
Application of Laws and Regulations

1. The laws and regulations of one Contracting Party relating to the admission to, stay within the territory or departure from its territory of aircraft engaged in international air services or to the operation and navigation of such aircraft while within its territory, shall be applied to the aircraft of the airline or airlines designated by the other Contracting Party without distinction as to nationality, and shall be complied with by such aircraft upon entry into, departure from, or while within the territory of the first Contracting Party.

2. The laws and regulations of one Contracting Party relating to the admission to, stay within the territory or departure from its territory of passengers, crew, cargo or mail of aircraft, such as regulations relating to entry, clearance, immigration, passports, customs and quarantine, shall be complied with by or on behalf of such passengers, crew, cargo or mail of the airline or airlines designated by the other Contracting Party upon entry into, departure from or while within the territory of the first Contracting Party.

3. Neither of the Contracting Parties shall give preference to its own or any other airline over an airline engaged in similar international air services of the other Contracting Party in the application of its regulations specified in paragraphs 1 and 2 of this Article.

ARTICLE 6
Recognition of Certificates and Licenses

1. Certificates of airworthiness, certificates of competency and licenses, issued or rendered valid by one Contracting Party and still in force, shall be recognised as valid by the other Contracting Party for the purpose of operating the agreed services on the specified routes provided that such certificates or licenses were issued or rendered valid in conformity with the standards established under the Convention. Each Contracting Party, however, reserves the right to refuse to recognise, for flights over its own territory, certificates of competency and licenses granted to its own nationals by the other Contracting Party.

2. If the certificates or licenses referred to in paragraph 1 of this Article were issued or rendered valid according to requirements different from the standards established under the Convention, and if such difference has been filed with the International Civil Aviation Organisation, the aeronautical authorities of the other Contracting Party may request consultations in accordance with Article 14 of this Agreement with a view to satisfying themselves that the requirements in question are acceptable to them.

3. If following such consultations, one Contracting Party finds that the other Contracting Party does not effectively maintain and administer safety standards and requirements in these areas that at least equal the minimum standards which may established pursuant to the Convention, the other Contracting Party shall be notified of such findings and the steps considered necessary to conform with these minimum standards, and shall take appropriate corrective action. In the event the other Contracting Party does not take such appropriate action within a reasonable time, the provisions of Article 4 of this Agreement shall apply.

ARTICLE 7
Security

1. Consistent with their rights and obligations under international law, the Contracting Parties reaffirm that their obligation to each other to protect the security of civil aviation against acts of unlawful interference forms an integral part of this Agreement. Without limiting the generality of their rights and obligations under international law, the Contracting Parties shall in particular act in conformity with the provisions of the Convention on Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft, signed at Tokyo on 14 September, 1963, the Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft, signed at the Hague on 16 December, 1970, and the Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed at Montreal, on 23, September, 1971, or any other convention on aviation security to which both Contracting Parties shall become members.

2. The Contracting Parties shall provide upon request all necessary assistance to each other to prevent acts of unlawful seizure of civil aircraft and other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airports and air navigation facilities, and any other threat to the security of civil aviation.

3. The Contracting Parties shall, in their mutual relations, act in conformity with the aviation security provisions established by the International Civil Aviation Organisation and designated as Annexes to the Convention to the extent that such security provisions are applicable to the Contracting Parties; they shall require that operators of aircraft of their registry or operators of aircraft who have their principal place of business or permanent residence in their territory and the operators of airports in their territory act in conformity with such aviation security provisions.

4. Each Contracting Party agrees that such operators of aircraft may be required to observe the aviation security provisions referred to in paragraph 3 above required by the other Contracting Party for entry into, departure from or while within the territory of that other Contracting Party. Each Contracting Party shall ensure that adequate measures are effectively applied within its territory to protect the aircraft and to inspect passengers, crew, carry-on items, baggage, cargo and aircraft stores prior to and during boarding or loading. Each Contracting Party shall also give sympathetic consideration to any request from the other Contracting Party for reasonable special security measures to meet a particular threat.

5. When an incident or threat of an incident of unlawful seizure of civil aircraft or other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airports or air navigation facilities occurs, the Contracting Parties shall assist each other by facilitating communications and other appropriate measures intended to terminate rapidly and safely such incident or threat thereof.

ARTICLE 8
Customs Duties

1. Each Contracting Party shall on a basis of reciprocity exempt the designated airline of the other Contracting Party, under its national law, from customs duties on aircraft, fuel, lubricating oils, consumable technical supplies, spare parts, engines, security and regular aircraft equipment, aircraft stores, including liquor, tobacco and other products destined for sale to passengers in limited quantities during the flight and other items intended for use solely in connection with the operation or servicing of the aircraft, as well as tickets, airwaybills, any printed material which bears the insignia of the company printed thereon and usual publicity material distributed without charge.

2. The exemptions granted in this Article shall apply to the items referred to in paragraph 1 of this Article, whether or not used or consumed wholly in the territory of the Contracting Party which granted the exemption, when:

a) introduced into the territory of one Contracting Party by or on behalf of the designated airline of the other Contracting Party;

b) retained on board aircraft of the designated airline of the other Contracting Party upon arriving in or leaving the territory of the other Contracting Party;

c) taken on board aircraft of the designated airline of one Contracting Party, in the territory of the other Contracting Party and intended for use solely in connection with the operation of the agreed services.

3. The items mentioned in paragraph 1 of this Article which are exempt cannot be alienated or sold in the territory of the said Contracting Party.

4. The regular airborne equipment, as well as the materials and supplies normally retained on board the aircraft of the designated airline of either

Contracting Party, may be unloaded in the territory of the other Contracting Party only with the approval of the customs authorities of that territory. In such case, those items may be placed under the supervision of the said authorities up to such time as they are re-exported or otherwise disposed of in accordance with customs regulations.

5. The Contracting Parties shall authorize the loan, between airlines, of aircraft equipment, security equipment as well as spare parts, exempt from customs duties, when those items are used in connection with the operation of scheduled international air services, in which case the control shall be limited to the formalities needed to ensure that the devolution of the said equipment or spare parts consists in its restitution, qualitatively and technically identical, and that, under no circumstances, the transaction is of a profitable nature.

6. Passengers, baggage and cargo in transit across the territory of one Contracting Party and not leaving the area of the airport reserved for such purpose shall at the utmost be subject to a simplified control, except in case of threat of violence, of unlawful interference against civil aviation and flight safety. Baggage and cargo in transit shall be exempt from customs duties.

ARTICLE 9
Operation of Agreed Services

1. There shall be fair and equal opportunity for the designated airlines of the Contracting Parties to operate the agreed services on the specified routes.

2. In operating the agreed services the designated airline of each Contracting Party shall take into account the interests of the designated airline of the other Contracting Party, so as not to affect unduly the services which the latter provides on the whole or part of the same routes.

3. The agreed services provided by the designated airlines of the Contracting Parties shall bear a close relationship to the requirements of the public for transportation on the specified routes and shall have as their primary objective the provision at a reasonable load factor of capacity adequate to meet the current and reasonably anticipated requirements for the carriage of passengers and cargo, including mail, originating in or destined for the territory of the Contracting Party which has designated the airline. Provision for the carriage of passengers and cargo, including mail, both taken on board and discharged at points on the specified routes other than points in the territory of the Contracting Party which designated the airline shall be made in accordance with the general principles that capacity shall be related to:

a) traffic requirements to and from the territory of the Contracting Party which has designated the airline;

b) traffic requirements of the region through which the agreed services pass taking into account local and regional air services;

c) the requirements of through airline operation.

4. The maximum capacity to be provided on the specified routes shall be such as is from time to time jointly determined by the aeronautical authorities of the Contracting Parties.

5. Each airline will file schedules for approval with the aeronautical authorities of the other Contracting Party at least 45 (forty-five) days in advance of the proposed effective date, provided they conform with the terms of this Agreement.

ARTICLE 10
Tariffs

1. The tariffs for carriage on agreed services between the territories of the Contracting Parties shall be established at reasonable levels, due regard being paid to all relevant factors including the interest of users, cost of operation, reasonable profit, characteristics of services, and, where it is deemed suitable, the tariffs of other airlines operating on all or part of the same route.

2. The tariffs referred to in paragraph 1 of this Article shall be agreed upon, if possible, between the designated airlines of the Contracting Parties. Unless otherwise determined in the application of paragraph 4 of this Article, each designated airline shall be responsible only to its aeronautical authorities for the justification and reasonableness of the tariffs so agreed.

3. The tariffs so agreed shall be submitted for approval to the aeronautical authorities of the Contracting Parties at least 60 (sixty) days before the proposed date of their introduction. In special cases, this time limit may be reduced, subject to the agreement of said authorities. Upon receipt of the submission of the tariffs, the aeronautical authorities shall consider such tariffs without undue delay. The aeronautical authorities may notify the other aeronautical authorities of an extension of the proposed date of tariff introduction.

4. If within 30 (thirty) days from the date of receipt, the aeronautical authorities of one Contracting Party have not notified the aeronautical authorities of the other Contracting Party that they are dissatisfied with the tariff submitted to them, such tariff shall be considered to be accepted and shall come into effect on the date stated in the proposed tariff. In the event that a shorter period for the submission of a tariff is accepted by the aeronautical authorities they may also agree that the period for giving notice of dissatisfaction be less than 30 (thirty) days.

5. If a tariff cannot be established in accordance with the provisions of paragraph 2 of this Article, or, if during the period applicable in accordance with paragraph 3 of this Article a notice of dissatisfaction has been given, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall endeavour to determine the tariff by agreement between themselves. Consultations between the aeronautical authorities will be held in accordance with Article 14 of this Agreement.

6. If the aeronautical authorities cannot agree on any tariff submitted to them under paragraph 3 of this Article or on the determination of any tariff under paragraph 4 of this Article the dispute shall be settled in accordance with the provisions of Article 17 of this Agreement.

7. a) No tariff shall come into force if the aeronautical authorities of either Contracting Party are dissatisfied with it, except under the provisions of paragraph 4 of Article 17 of this Agreement.

b) When tariffs have been established in accordance with the provisions of this Article, those tariffs shall remain in force until new tariffs have been established in accordance with the provisions of this Article or Article 17 of this Agreement.

8. If the aeronautical authorities of one of the Contracting Parties become dissatisfied with an established tariff, they shall so notify the aeronautical authorities of the other Contracting Party and the designated airlines shall attempt, where required, to reach an agreement. If within the period of 90 (ninety) days from the day of receipt of such notification, a new tariff cannot be established in accordance with the provisions of paragraphs 2 and 3 of this Article, the procedures as set out in paragraphs 4 and 5 of this Article shall apply.

9. The aeronautical authorities of both Contracting Parties shall endeavour to ensure that the tariffs charged and collected conform to the tariffs accepted by both aeronautical authorities.

ARTICLE 11
Commercial Activities

1. The designated airline of one Contracting Party may, in accordance with the laws and regulations of the other Contracting Party relating to entry, residence and employment, bring in and maintain in the territory the of other Contracting Party managerial, sales, technical, operational and other specialist staff required for the operation of the agreed services.

2. In particular, each Contracting Party shall grant to the designated airline of the other Contracting Party the right to engage in the sale of air transportation in its territory directly and, at the airline's discretion, through its agents. Each airline shall have the right to sell such transportation, and any person shall be free to purchase such transportation in the currency of that country or, subject to the national laws and regulations, in freely convertible currencies of other countries.

ARTICLE 12
Conversion and Remittance of Revenues

1. A designated airline of a Contracting Party shall have the right to convert and remit to its country, on demand, local revenues in excess of sums locally disbursed.

2. The conversion and remittance of such revenues shall be permitted without restriction at the rate of exchange applicable to current transactions which is in effect at the time such revenues are presented for conversion and remittance, and shall not be subject to any administrative or exchange-related charges, except those normally made by banks for carrying out such conversion and remittance.

3. The provisions of this Article shall not be deemed as to exempt the designated airlines from taxes, fees and contributions to which they are subjected.

ARTICLE 13
User Charges

1. Neither of the Contracting Parties shall give preference to its own or any other airline over an airline engaged in similar international air services of the other Contracting Party in the application of charges in the use of airports, airways, air traffic services and associated facilities under its control.

2. Each Contracting Party shall encourage consultations on user charges between its competent charging bodies and airlines using the services and facilities provided by those charging bodies, where practicable through those airline's representative organisations. Reasonable notice of any proposals for changes in user charges should be given by the competent charging bodies to such users to enable them to express their views before changes are made. Each Contracting Party shall further encourage its competent charging authorities and such users to exchange appropriate information concerning user charges.

ARTICLE 14
Consultations

1. In a spirit of close co-operation, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult each other from time to time with a view to ensuring the implementation of, and satisfactory compliance with, the provisions of this Agreement or to discussing on any problem related thereto.

2. Such consultations shall begin within a period of 60 (sixty) days of the date of receipt of such a request, unless otherwise agreed by the Contracting Parties.

ARTICLE 15
Amendments

1. Any amendment or modification of this Agreement agreed by the Contracting Parties shall come into effect on a date to be determined in an exchange of diplomatic Notes, indicating that all necessary internal procedures have been completed by both Contracting Parties.

2. Any amendment or modification of the Annex to this Agreement shall be agreed upon between the aeronautical authorities, and shall take effect upon confirmation by an exchange of diplomatic Notes.

ARTICLE 16
Multilateral Convention

If a general multilateral air convention comes into force in respect of both Contracting Parties, the provisions of such convention shall prevail. Consultations in accordance with Article 14 of this Agreement may be held with a view to determining the extent to which this Agreement is affected by the provisions of the multilateral convention.

ARTICLE 17
Settlement of Disputes

1. Any dispute arising under this Agreement which is not resolved by consultations may be referred by agreement of the Contracting Parties for decision to some person or body. If the Contracting Parties do not so agree, the dispute shall at the request of either Contracting Party be submitted to arbitration in accordance with the procedures set forth below.

2. Arbitration shall be carried out by a tribunal of three arbitrators to be constituted as follows:

a) within 30 (thirty) days after the receipt of a request for arbitration, each Contracting Party shall name one arbitrator. Within 60 (sixty) days after these two arbitrators have been named, they shall by agreement appoint a third arbitrator, who shall act as President of the arbitral tribunal;

b) if either Contracting Party fails to name an arbitrator, or if the third arbitrator is not appointed in accordance with subparagraph "a" of this paragraph, either Contracting Party may request the President of the Council of the International Civil Aviation Organisation to appoint the necessary arbitrator or arbitrators within 30 (thirty) days. If the President is of the same nationality as one of the Contracting Parties, the most senior Vice-President who is not disqualified on that ground shall make the appointment.

3. Except as otherwise agreed, the arbitral tribunal shall determine the limits of its jurisdiction in accordance with this Agreement and shall establish its own procedure.

4. Each Contracting Party shall, consistent with its national law, give full effect to any decision or award of the arbitral tribunal.

5. The expenses of the arbitral tribunal, including the fees and expenses of the arbitrators, shall be shared equally by the Contracting Parties.

ARTICLE 18
Termination

Either Contracting Party may at any time after the entry into force of this Agreement give notice in writing through diplomatic channels to the other Contracting Party of its decision to terminate this Agreement; such notice shall be communicated simultaneously to the International Civil Aviation Organisation. The Agreement shall terminate one year after the date of receipt of the notice by the other Contracting Party, unless the notice to terminate is withdrawn by mutual consent before the expire of this period. In the absence of acknowledgement of receipt by the other Contracting Party, the notice shall be deemed to have been received 14 (fourteen) days after receipt of the notice by the International Civil Aviation Organisation.

ARTICLE 19
Registration within ICAO

This Agreement and any amendment thereto shall be registered within the International Civil Aviation Organisation.

ARTICLE 20
Entry into Force

This Agreement will enter into force on a date to be determined in an exchange of diplomatic Notes indicating that all necessary internal procedures have been completed by both Contracting Parties.

In witness whereof the undersigned, being duly authorised by their respective Governments, have signed the present Agreement.

Done at Brasilia, on April 3 1997, in duplicate, in the Portuguese, Hungarian and English languages, all texts being equally authentic. In case a different interpretation should arise, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF HUNGARY
Károly Lotz
Ministro dos Transportes, Comunicações e Recursos Hídricos

ANNEX

Route Schedule

Section 1:

Routes to be operated by the designated airlines of Brazil

Points in Brazil - intermediate points - ( ) points in Hungary points beyond.

Section 2:

Routes to be operated by the designated airlines of Hungary

Points in Hungary - intermediate points - ( ) points in Brazil - points beyond.

Notes:

1. The ponts to be served on the routes specified above are to be jointly determined by the aeronautical authorities of the Contracting Parties.

2. The designated airlines of Brazil may on any or all flights omit stops at any points on the routes specified above, and may serve them in any order, provided that the agreed services on these routes begin at points in Brazil.

3. The designated airlines of Hungary may on any or all flights omit stops at any points on the routes specified above, and may serve them in any order, provided that the agreed services on these routes begin at points in Hungary.